**Ata da Sessão Plenária ordinária nº 124 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, on-line, de forma híbrida, através da plataforma Zoom.**

Às nove horas e vinte e um minutos do dia onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, de forma híbrida, através da plataforma Zoom, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número cento e vinte e quatro. Presentes de forma presencial a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN**, os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **GOGLIARDO VIEIRA MARAGNO, RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS, ROSANA SILVEIRA** e **SILVYA HELENA CAPRARIO** e os suplentes de conselheiros, Arquitetos e Urbanistas **JOSÉ ALBERTO GEBARA** e **LARISSA MOREIRA.** Presentes de forma virtual os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **FÁRIDA MIRANY DE MIRA, HENRIQUE RAFAEL DE LIMA,** **JANETE SUELI KRUEGER** e **MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI** e as suplentes de conselheiros, Arquitetos e Urbanistas **ANA CARINA LOPES DE SOUZA ZIMMERMAN,** **CARLA CÍNTIA BACK** e **GABRIELA FERNANDA GRISA.** Presentesos empregados do CAU/SC, o Secretário dos Órgãos Colegiados **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, o Assessor Especial **PERY SEGALA,** o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH,** a Gerente Técnica **MARINA LAMEIRAS,** o Gerente de Fiscalização **LEONARDO VISTUBA KAWA**,a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI,** o Advogado **CÍCERO HIPÓLITO DA SILVA JUNIOR** e a secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO.** Ressaltam- se as ausências justificadas das conselheiras, Arquitetas e Urbanistas **CARLA LUIZA SCHONS, ELIANE DE QUEIROZ GOMES CASTRO** e **JULIANA CORDULA DREHER DE ANDRADE.** Após a verificação e constatação da existência de quórum, a Presidente agradeceu a presença de todos, esclareceu o funcionamento do chat da reunião e lembrou da importância se identificar antes de qualquer contribuição. Após a execução do hino nacional, a Presidente apresentou a pauta da reunião. A Conselheira Fárida, com base no artigo cinquenta e três, inciso quatro do Regimento Interno, solicitou que os representantes do Fórum das Cidades, Lino Peres e Ângela, participassem da discussão do item 6.1 da pauta. A Conselheira Carla explicou que no dia quatro de fevereiro e entidade havia encaminhado um ofício solicitando participação na reunião plenária e que não havia recebido resposta e que por esse motivo as conselheiras estariam solicitando a participação dos convidados, afirmando que seria um direito. A Presidente leu a resposta encaminhada ao Fórum das Cidades por e-mail, questionando se alguém mais teria apontamentos com relação a pauta. A Conselheira Fárida disse que sua solicitação não estaria sendo considerada e, com base no Regimento Interno, solicitou que fosse votada a participação dos representantes do Fórum das Cidades na presente reunião, quando discutido o item 6.1. O Secretário Jaime explicou que o artigo mencionado pela Conselheira Fárida seria uma questão de mérito, uma vez que a pauta não havia sido elaborada nesse sentido e que outros conselheiros poderiam querer trazer outros convidados também, se fosse o caso. Colocou que a participação poderia ser colocada em votação se fosse de entendimento do plenário. O Conselheiro Rodrigo explicou que uma votação de sim ou não seria subjetiva, justificando que sua decisão era objetiva, uma vez que na CPUA já havia sido deliberado sobre o assunto e que a carta da presidente ia de encontro ao encaminhamento da comissão. A Conselheira Janete disse que a solicitação era interessante e que deveria ser aceita, uma vez que o CAU/SC estaria muito distante desse debate. Destacou sua importância, colocando que escutar o Fórum das Cidades, se fosse plausível e permitido pelo Regimento, seria muito bom para que o Conselho se aprofundasse no assunto, podendo auxiliar nas questões necessárias. A Conselheira Fárida defendeu que era um assunto polêmico e que os arquitetos eram os profissionais responsáveis por fazer os Planos Diretores, e que ouvir o Fórum das Cidades seria uma conversa técnica e esclarecedora não só para o município de Florianópolis. O Conselheiro Gogliardo sugeriu que a solicitação feita pela entidade e pela Conselheira Fárida fosse aceita, trazendo visões e esclarecimentos sobre o tema. Sugeriu que fosse permitida uma manifestação de até cinco minutos, conforme previsto. A Conselheira Carla manifestou-se dizendo que foi um descaso na última plenária, uma vez que os conselheiros foram contrários à prorrogação do tempo da reunião, impossibilitando o debate de um item tão importante. A Presidente esclareceu que a prorrogação havia sido acatada, porém não havia quórum para a continuidade da reunião. Destacou que a solicitação da entidade havia sido a participação de representantes como observadores e que nesse sentido haviam sido encaminhados para acompanhar no canal do YouTube do CAU/SC. O Conselheiro Rodrigo destacou que ninguém estaria negando o direito de nada e que quanto mais entidades fossem ouvidas melhor seria o debate, solicitando que apenas fosse observado o rito. Citou que a comissão ouviria as entidades interessadas. O Secretário Jaime questionou se a presidente gostaria de especificar o formato da participação e a Presidente respondeu que seria a participação dos convidados Lino e Angela, com tempo de fala de cinco minutos. A Conselheira Fárida questionou se o tempo não era previsto pelo Regimento Interno e o Secretário Jaime esclareceu que o tempo previsto no Regimento era para fala de conselheiros. A Presidente sugeriu que fosse feita uma ampla discussão do tema, com diversas entidades, em uma *live.* A Presidente encaminhou a participação dos convidados para votação, que foi aprovado com os votos favoráveis Carla Back, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Henrique, Janete, Larissa, Maurício e Silvya, os votos contrários dos Conselheiros José Alberto e Rodrigo, a abstenção da Conselheira Rosana e a ausência da Conselheira Ana Carina. Sem mais manifestações, a pauta foi encaminhada para votação e aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Carla Back, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Henrique, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e a ausência da Conselheira Ana Carina. No item **4. Discussão e Aprovação da ata da 123ª Reunião Plenária Ordinária,** sem manifestações, a Presidente informou que não houve solicitação prévia de alterações e encaminhou a ata para votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos Carla Back, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Henrique, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e a ausência da Conselheira Ana Carina. No item **5. Comunicados**, a Presidente explicou que o tempo de fala de cada relato estaria limitado a cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, conforme o artigo 47 do Regimento Interno do CAU/SC. No item **5.1. Comunicado do CEAU**, o Coordenador Ronaldo informou que foi elaborado um ofício a ser encaminhado ao Ministério Público, com relação às revisões dos planos diretores, que seria encaminhado para aprovação do plenário, antes do envio. Relatou as discussões sobre sugestões para a programação para o Congresso de Arquitetura, informando que havia sido criado um comitê para sua organização e que os membros do CEAU haviam sido convidados para participar. Citou que foi feita a análise do censo realizado pelo CAU/BR e que seria importante uma análise dos dados do estado. Informou que foi discutido o regulamento eleitoral. No item **5.2. Relato dos Coordenadores das Comissões Ordinárias**, no **Relato da Comissão Ordinária de Ensino e Formação,** o Coordenador Gogliardo relatou que uma das principais pautas mensais da CEF era a aprovação dos registros egressos provenientes dos cursos de arquitetura e urbanismo no Conselho. Relatou a discussão sobre os projetos da comissão, destacando a Premiação Acadêmica. Enfatizou que a principal pauta continuava sendo a qualidade do ensino e os desdobramentos do formato remoto repentino em função da pandemia. No **Relato da Comissão Ordinária de Organização, Administração e Finanças,** o Coordenador Maurício relatou as atividades ordinárias da comissão dando destaque para o edital de patrocínio. No **Relato da Comissão Ordinária de Exercício Profissional,** o Coordenador Henrique relatou os acontecimentos da última reunião, citando os encaminhamentos ordinários da comissão e as discussões com relação aos questionamentos sobre as atribuições. No **Relato da Comissão Ordinária de Ética e Disciplina,** a Coordenadora Janete relatou que na primeira reunião o Assessor Cícero deu algumas orientações e colocou os novos membros a par da situação. Destacou que existiam muitos processos atrasados e que a comissão buscaria agilidade para análise destes. Informou que alguns processos haviam sido distribuídos entre os membros presentes. No **Relato da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental,** o Coordenador Rodrigo fez a leitura da súmula da reunião. No **Relato da Comissão Especial Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**, a Coordenadora Rosana informou que foram analisados os projetos do ano da comissão. No **Relato da Temporária de Patrimônio**, a Coordenadora Silvya informou que foi aprovado o calendário das atividades da comissão e que foi revisto o programa de necessidades. Informou da conclusão do termo de referência e que houve o lançamento do edital de chamamento público que busca o imóvel. No item **5.3. Relato da Presidência**, a Presidente relatou que desde o início do ano os esforços foram bastante voltados para a questão do CSC, destacando que o SICCAU teve melhoras mas continuava instável. Informou que o CAU/BR havia respondido apenas há um dia o convite para uma apresentação do CSC na plenária e que por esse motivo, aconteceria na reunião do mês seguinte. Informou do lançamento do chamamento público do imóvel para a sede e informou da solicitação do Fórum de Presidentes para que Florianópolis sediasse a reunião no mês de março, um dia antes da plenária, relatando que foi aceito e convidando os conselheiros que pudessem, a participar de forma presencial. Citou os dados apontados pelo censo do CAU/BR, destacando a importância de uma aproximação com os profissionais que atuavam no mercado da arquitetura de interiores. No item **5.4. Relato da Conselheira Federal,** sobre o SICCAU,a Conselheira Daniela relatou das instabilidades do início de janeiro em função do aumento das demandas no início do ano, mas que ao longo do tempo houve melhorias, que as instabilidades reduziram e que os módulos estariam em um momento de aperfeiçoamento e desenvolvimento. Informou que na semana seguinte seria incluído um módulo para pagamento em cartão e nas próximas semanas um módulo para pagamento através do pix. Relatou o foco para melhoria da comunicação, e o desenvolvimento de um módulo para que os arquitetos pudessem contribuir e sugerir melhorias, o que seria implantado a partir de março. Destacou a importância de receber os feedbacks dos profissionais e das equipes para a melhoria das soluções. Reforçou que o CAU/BR havia recebido a solicitação de apresentação e esclarecimentos sobre o CSC e que havia sido colocado o coordenador do CSC à disposição do CAU/SC. Informou que continuava coordenadora da CPFi do CAU/BR e vice-presidente do CAU/BR. Colocou-se à disposição do CAU/SC. A Presidente convidou a Conselheira Daniela para participar da plenária de março de forma presencial, em função da realização do Fórum de Presidente em Florianópolis. Citou o recebimento da menção elogiosa à Arquiteta e Urbanista Simone Berreta e registrou a solicitação de prorrogação de licença da Conselheira Cláudia Elisa Poletto, por mais cento e oitenta dias. No item **6. Ordem do Dia**, a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para cada conselheiro de até 3 minutos para cada matéria, conforme o art. 54, III, do Regimento Interno do CAU/SC. No item **6.1. Adesão do CAU/SC ao manifesto referente ao processo do Plano Diretor de Florianópolis, com demais entidades (Origem: Conselheira Carla Back),** a Conselheira Fárida sugeriu que a fala dos convidados fosse de quinze minutos. A Presidente esclareceu que foi definido o tempo de cinco minutos para manifestação no momento da votação. A Conselheira Fárida disse que o tempo não havia sido votado, e sim a participação. A Presidente afirmou que havia sido votado o tempo e que teria o documento que comprovava. O Conselheiro Gogliardo disse que confiava no poder de síntese do representante e que havia sido definido na votação o tempo de cinco minutos. A Conselheira Carla defendeu que não havia sido votado o tempo de fala e sim a permissão de manifestação. O Secretário Jaime sugeriu que uma vez que um dos convidados não estava presente, fosse concedido dois períodos de cinco minutos para a manifestação do Arquiteto Lino. A Presidente acatou a sugestão, sem manifestações contrárias. O Conselheiro Rodrigo deu as boas-vindas ao Arquiteto Lino e destacou que o assunto havia sido tratado na CPUA e que a comissão escutaria quantas entidades fossem necessárias. A Conselheira Janete disse que não havia sido votado o tempo, apenas discutido informalmente. Explicou que havia votado por aceitar ouvir o Professor Lino por ser um arquiteto e urbanista, e que as demais entidades deveriam ser ouvidas pela CPUA. A Conselheira Carla apresentou o item, fazendo a leitura do ofício encaminhado pelo Fórum das Cidades. Esclareceu que da plenária passada, onde deveria ter sido analisado o documento, para a presente reunião, ocorreram mudanças em algumas questões, mas que era de suma importância o debate e o questionamento das ilegalidades, destacando que fazia parte da função do Arquiteto e Urbanista seguir as regulamentações e que era função do profissional coordenar os processos de revisão dos planos diretores. A Presidente solicitou que que a Conselheira Carla sintetizasse em uma única frase sua proposta. A Conselheira Carla propôs que o CAU/SC apoiasse essas entidades, que as comunidades fossem ouvidas nos processos, defendendo um plano diretor realmente participativo, além de todas as demais solicitações presentes no documento, dessa forma, apoiando o documento exposto. A Presidente disse que sintetizaria a solicitação e disse que a solicitação era o apoio do Conselho o manifesto que o Conselho da Cidade havia apresentado. O Arquiteto Lino se manifestou sugerindo que a CPUA discutisse com as entidades, colocando o Fórum de Presidentes à disposição. Trouxe que a democracia participativa havida chegado atrasada no país e que o Estatuto das Cidades levou onze anos para ser aprovado, destacando que era uma lei de referência mundial. Disse que a população deveria participar do início ao fim do processo de elaboração dos planos diretores e que era um processo para além da democracia representativa. Lembrou que o processo antidemocrático da elaboração do plano diretor se arrastava há muito tempo, fazendo uma retrospectiva das últimas gestões municipais de Florianópolis com relação a legislação do plano diretor participativo. Destacou a importância do envolvimento do CAU nesse processo. Explicou que em função de uma nova minuta de janeiro de dois mil e vinte e dois, não discutida pelos técnicos do IPUF, os itens de um ao cinco e de sete a dez da manifestação do Fórum das Cidades, estariam desatualizados. Sugeriu que o CAU apoiasse a carta, rejeitando o processo feito, uma vez que o Ministério Público reconheceu e suspendeu, por liminar e por mandato de segurança, todas as vinte e quatro audiências públicas. Relatou que estariam ocorrendo tratativas entre o Promotor Rogério Seligman e a Prefeitura de como seria a metodologia participativa, que não se resumiria às audiências públicas. Destacou que o CAU deveria se manifestar em função do atropelo das etapas do processo, explicando que vinha acontecendo desde o ano de dois mil e seis e também quanto ao conteúdo da metodologia participativa. Lembrou que existia o Manual do CAU, o Manual do Conselho das Cidades, o Manual das Associações dos Municípios, todos detalhando o processo participativo, não reduzido às audiências públicas. Informou que estaria sendo solicitada a participação na criação da metodologia. Destacou a importância de um estudo técnico global. Disse que gostaria que o CAU tivesse se manifestado há muitos anos, destacando a importância de uma cidade sustentável e da inclusão social. Sugeriu um debate amplo para que todos pudessem ser ouvidos. O Coordenador da CPUA Rodrigo parabenizou o Professor Lino, lembrando que além de arquiteto e professor, também era um vereador, dizendo que todas as visões da amplitude que tem a profissão seriam interessantes e adequadas para que os arquitetos e urbanistas trabalhassem pelo equilíbrio da sociedade. Informou que a solicitação do Professor Lino havia sido acatada de dentro da CPUA, no sentido de promover a possibilidade de discussão de outras entidades e o proponente. Destacou que em dois mil e catorze o Professor Lino ajudou a criar um *Frankenstein*, que hoje estaria sendo reformulado e que setenta por cento da área da capital era de APP, questionando para onde os cidadãos iriam e dizendo que quanto mais o tempo passava, mais os cidadãos marginalizados da sociedade subiam os morros e ocupavam os espaços de forma irregular. Disse que dentro do trâmite, inicialmente a carta do Fórum veio subscrita por quarenta uma entidades, baixando para treze e em seguida para doze. Relatou que na semana anterior havia participado de uma reunião com quarenta e uma entidades do norte da ilha e o proponente do plano diretor e cinco dias depois em outra reunião com quarenta e quatro entidades classistas e empresariais com a apresentação do plano pelo poder proponente. Disse que seria importante em algum momento parar e discutir o mérito, aprofundando o conteúdo do plano. Explicou que se o trâmite e o rito não estiverem corretos, a CPUA e o CAU deveriam questionar o poder executivo proponente quanto a isso, mas que se o trâmite estivesse correto e a maioria da população tivesse sido ouvida, a democracia era assim e que deveria ir pela maioria. Apresentou a deliberação nº 04/2022 da CPUA. O Conselheiro Newton destacou a importância do debate, enfatizando a importância de fazer a cidade para os cidadãos. Disse que não deve ser confundido um conselho profissional com um sindicato, federação ou associação e que o documento elaborado pela CPUA estava correto, no sentido de que o CAU não poderia defender questões pessoais ou partidárias. Disse que a cidade quer uma sociedade justa, que não poderia pensar só em animal e que deveria pensar na moradia das pessoas. A Conselheira Janete disse que o pedido de manifestação era sempre justo e digno, uma vez que os arquitetos e urbanistas tem obrigação de estar cientes com o que acontece com as cidades. Defendeu que o CAU estivesse do lado da democracia e que o certo agora seria ouvir todos os lados e que a manifestação fosse feita através da CPUA. Destacou a importância de que todos fossem ouvidos e do respeito ao próximo. Enfatizou que as cidades estavam esquecendo da população de baixa renda e que o CAU precisava fazer com que os programas da ATHIS fossem levados mais a sério e adiante. O Conselheiro Rodrigo concordou com a fala da Conselheira Janete, dizendo que essa era exatamente a proposta da CPUA: ouvir os entes divergentes quanto ao conteúdo e chamar o poder executivo para apresentar o conteúdo e o trâmite. Afirmou que as colocações e argumentações apresentadas pelo Fórum das Cidades estariam olhando apenas para um lado da questão e que não assinaria embaixo as propostas, porque teria que ouvir do Secretário se o que estava no documento condizia com a realidade dos fatos. Relatou que um arquiteto de uma entidade que fazia parte do CEAU/SC e do IAB desde o ano de dois mil e dezoito, participava de oficinas participativas, de onde surgiram três mil quinhentas e dezesseis contribuições das comunidades, sendo trezentas e cinquenta sugestões acatadas. Manifestou-se no sentido de não saber afirmar se o plano era perfeito ou imperfeito, sem um aprofundamento. Disse que o documento encaminhado ao CAU continha alguns pontos controversos e que não concordava com a maioria das considerações, porém concordava em ouvir e discutir com a comunidade, uma vez que a lei previa dessa maneira. Falou que, sobre política partidária, o artigo 189 vedava esse tipo de manifestação, dizendo que o Fórum da Cidades era presidido por um ex-vereador do PT, a secretária era uma ex-vereadora e candidata do PT, que a entidade BR Cidades era vinculada ao PT e que era necessário tomar cuidado com isso. Destacou que o CAU estaria presente para discutir técnica e participação popular e que partidarizar seria na Câmara de Vereadores, onde a discussão era político-partidária. A Conselheira Gabriela disse era importante observar o Estatuto das Cidades e a legislação, onde o papel do CAU seria zelar para que as leis fossem cumpridas e os ritos feitos de forma clara. Destacou que todos teriam direto de ter sua posição política e cada um em sua vertente, mas que o que deveria ser levado em consideração era se a vertente era inclusiva ou exclusiva, se era voltada para a cidade, população e democracia, ou se era voltada para os interesses da especulação imobiliária, afirmando que o plano diretor era muito claro com relação a isso. Disse que era importante que o CAU observasse isso no plano diretor e se o processo não estivesse seguindo a legislação, como o próprio Ministério Público havia se manifestado, não via motivo para que o CAU não se posicionasse, uma vez que um dos deveres do CAU era defender a sociedade. A Conselheira Fárida disse que o CAU teria que discutir e aprovar uma manifestação na presente reunião, uma vez que o Plano Diretor Participativo de Florianópolis não havia sido construído respeitando a legislação. Relatou que os próprios profissionais do IPUF publicaram uma carta colocando que não apreciaram, conforme previsto pela lei, esse plano apresentado. Destacou que o próprio Ministério Público já havia afirmado que o processo não estaria dentro da lei. Colocou que o processo estaria completamente antidemocrático e antirrepublicano e que o CAU teria que se manifestar, uma vez que regulamente a profissão dos arquitetos, estes responsáveis legais pelo plano diretor. Disse que era uma questão que o CAU precisaria investigar, que a CPUA poderia analisar, mas que uma decisão precisaria ser tomada naquele momento, se o CAU seria contra ou a favor, de um processo totalmente antidemocrático e ilegal. O Arquiteto Lino disse que, conforme já tinha visto outras vezes pelo YouTube, o Conselheiro Rodrigo voltou a citar o fato de ele ser vereador, assim como o próprio conselheiro havia sido e relatou que na época da aprovação, votou sistematicamente contra, destacando que não havia mapa nem documento oficial e que foi negado destaque. Disse que não participou das emendas, comparando-as a uma colcha de retalhos e afirmando que foi uma coisa absurda em termos democráticos e de conteúdo. Reforçou que sua luta havia sido enorme na Câmara, relatando que no dia seis de janeiro de dois mil e catorze foi votado um documento que não tinha oficialidade e os mapas viriam a ser anexados depois. Disse que, como conselheiros, deveriam reconhecer o trabalho realizado por ele junto a outros vereadores, para que reconhecessem o direito a verdade, o que não foi feito, em um plano diretor mal feito, que foi judicializado, citando que participou desse processo junto ao juiz e ao Ministério Público. Registrou que sentia descriminalização pelo fato de ser vereador, lembrou que o Conselheiro Rodrigo também havia sido vereador, questionando qual era o problema de ser vereador e se era criminalização, dizendo que se não fosse entraria com um processo por estar havendo criminalização. Por fim, explicou que fazia parte do Fórum das Cidades há vinte anos e que fazia parte como cidadão, dizendo que não poderia ser proibido de participar de qualquer processo. Relatou que o Fórum das Cidades havia sido responsável desde dois mil e um, quando a Ângela Amin queria impor uma conferência de cima para baixo e que na época foi feito um debate com os candidatos. Citou entidades que faziam parte do Fórum das Cidades, enfatizando que havia todos os espectros políticos e disse que essa indução feita era desonesta e inverídica. Apresentou que o Fórum foi vitorioso, uma vez que o juiz abriu um inquérito e suspendeu as vinte e oito audiências públicas. Disse que não existiria neutralidade, questionando que se o juiz reconheceu e a prefeitura recuou qual seria o problema do CAU/SC reconhecer esse processo. Ressaltou que o Ministério Público suspendeu as audiências públicas, marcadas no verão, na pandemia de COVID, em uma cidade que precisava de turistas e que isso eram evidências, não uma questão político-ideológica, quando se trata da forma, não do conteúdo que aviltava os princípios. Disse que o que o Michel Mittman fez estaria ultrapassado em termos de arquitetura e urbanismo e que gostaria de debater com ele a questão do conteúdo, além do método. Enfatizou novamente que qualquer instância teria um lado, mas que o Fórum das Cidades abriga vários aspectos, da alta à baixa renda. O Conselheiro Gogliardo propôs que o CAU se manifestasse no sentido de que o plenário apoiava todas as iniciativas e recomendava que os planos diretores de Florianópolis, bem como de todas as cidades do estado, fossem construídos amplamente discutidos e encaminhados respeitando toda a legislação, inclusive o Estatuto das Cidades, em seu aspecto político e democrático e também quanto ao técnico, em relação às atuações profissionais. Disse que assim o CAU/SC estaria criando um documento próprio para o presente momento, tendo em vista que a manifestação apresentada havia sido satisfatoriamente superada por recuos do poder público por decisões judiciais, e o CAU defenderia a legislação além de colocar os aspectos de atuais profissionais. A Presidente lembrou do documento do CEAU nesse sentido. Disse que haviam duas propostas aprovar o apoio à manifestação do Fórum das Cidades ou aprovar manifestação própria do CAU/SC. A Conselheira Janete disse que não contemplava a proposta do Conselheiro Gogliardo. A Presidente questionou se o Conselheiro Gogliardo se sentia contemplado, se acrescentado a questão de serem todos os municípios, não apenas Florianópolis e ele explicou que seu texto era uma proposta para uma manifestação próprio do CAU/SC. A Presidente disse que manifestação teria que ir além de um parágrafo. Alterou a proposta conforme solicitado pelo Conselheiro Gogliardo e disse que havia apenas duas propostas: aprovar o apoio à manifestação do Fórum das Cidades sobre o processo do plano diretor de Florianópolis ou aprovar manifestação própria do CAU/SC acerca de processos de planos diretores. A Conselheira Carla solicitou alteração da sua proposta, destacou que uma proposta não era excludente da outra e que achava muito importante uma manifestação do CAU/SC, solicitando contemplar a outra proposta à sua. O Conselheiro Gogliardo propôs conciliar as propostas, sugerindo o texto da deliberação: Em consideração ao manifesto do Fórum das Cidades sobre o processo do plano diretor de Florianópolis o plenário do CAU/SC decide aprovar para que haja uma manifestação própria. A Presidente encerrou as manifestações e solicitou que houve duas votações, sendo uma votando a primeira proposta e outra votando a segunda proposta. Perguntou se o Conselheiro Gogliardo sentia-se contemplado e ele respondeu positivamente. O Conselheiro Rodrigo disse que se não fosse o assunto já tratado na CPUA e não fosse os considerandos controversos colocados pelo Fórum das Cidades, não teria acontecido tanta discussão, se fosse um documento mais sucinto falando do trâmite. Disse que toda sua manifestação contrária era pelos considerandos e argumentações controversas. Pediu desculpas se algo dito por ele no calor do tema e da discussão ofendeu o Professou Lino. Disse que o objetivo era zelar pelo exercício da profissão, sem entrar no mérito do relatório colocado, afirmando que na sua opinião era unilateral. Apoiou a proposta do Conselheiro Gogliardo. O Conselheiro Gogliardo disse que as propostas não seriam dicotômicas, a Presidente questionou qual era a proposta e o Conselheiro Gogliardo apresentou novamente seu texto. A Presidente disse que seria votada a proposta do Conselheiro Gogliardo e em seguida a proposta da conselheira Carla. A Conselheira Carla solicitou mudança da sua proposta, incluindo a proposta do Conselheiro Gogliardo à sua, ficando o apoio a manifestação, além de uma manifestação própria do CAU/SC. O Secretário Jaime explicou que seriam três propostas não duas conforme sugerido pela presidente, uma vez que não poderia ser alterada uma proposta, com relatoria da CPUA, não podendo agregar a sugestão do Conselheiro Gogliardo na mesma proposição. A Conselheira Carla disse que não precisaria três propostas, uma vez que como proponente, alteraria sua proposta incluindo a proposta do Conselheiro Gogliardo. A Presidente encerrou as manifestações e solicitou que houvessem duas votações, sendo uma sobre o apoio ao manifesto e a outra a proposta da CPUA. A Conselheira Janete pediu a palavra e a Presidente disse que havia encerrado as manifestações. A Presidente encaminhou para votação o apoio ao manifesto do Fórum da Cidade sobre o processo de Revisão do Plano Diretor de Florianópolis, que não foi aprovado com os votos favoráveis das Conselheiras Carla Back, Fárida e Gabriela, os votos contrários dos Conselheiros Ana Carina, Henrique, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e as abstenções dos Conselheiros Gogliardo e Janete. A Presidente encaminhou para votação a manifestação própria do CAU/SC acerca do processo de revisão do Plano Diretor de Florianópolis incluindo, conforme proposta do Conselheiro Gogliardo, os demais municípios e o considerando de que foi com base na manifestação do Fórum das Cidades, que foi aprovado com os votos favoráveis dos Conselheiros Ana Carina, Carla Back, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Henrique, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya. A Conselheira Carla solicitou registro em ata que o Fórum das Cidades fosse chamado para ser ouvido pela CPUA. Informou que em função de outros compromissos não participaria da reunião na parte da tarde. Foi realizado um intervalo de uma hora. Retomada a reunião, no item **6.2. Normas para a realização e funcionamento de reuniões virtuais no âmbito dos órgãos colegiados do CAU (origem: Deliberação nº 001/2022-CD-CAU/SC),** a Presidente apresentou o item. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, com os votos Fárida, Gabriela, Gogliardo, José Alberto, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e as ausências dos conselheiros Ana Carina, Carla Back, Henrique, Janete e Larissa. No item **6.3. Congresso Catarinense de Arquitetura e Urbanismo (origem: Deliberação nº 002/2022-CD-CAU/SC),** a Presidente apresentou o item. A Conselheira Gabriela manifestou-se contrária a exclusão de Lages, sugerindo observar a participação dos arquitetos da cidade no último congresso. O Conselheiro Newton disse estar surpreso com a retirada de Lages e que isso afastava o CAU do discurso de aproximação com os arquitetos. Destacou que, sendo por questões financeiras, concordaria com a decisão do grupo, mas destacou que era um gasto importante para a questão do engajamento profissional. A Conselheira Fárida disse que participou das primeiras reuniões, que era contra as alterações da retirada de Lages e da alteração do tema. Defendeu que o Congresso deveria passar por Camboriú. Registrou sua insatisfação uma vez que havia colocado seu nome para participar do comitê e que havia sido excluída. A Presidente esclareceu que a Conselheira Fárida estaria envolvida com a etapa regional em Joinville, conforme ele havia se colocado à disposição. A Conselheira Fárida destacou que tinha se colocado à disposição para ser do comitê, não apenas da etapa regional. O Conselheiro Gogliardo apresentou uma distribuição dos gastos, inserindo Lages e fez uma reflexão do custo-benefício dessa retirada. A Conselheira Rosana discordou da exclusão de Lages. A Presidente solicitou a inclusão da Conselheira Fárida no comitê. A Presidente questionou informalmente quem era favorável a exclusão de Lages e apenas a Conselheira Larissa manifestou-se. Foi apresentado o documento do Conselho Diretor com o cronograma original. A Presidente questionou informalmente quem seria favorável a mudança do nome e apenas a Conselheira Fárida manifestou-se. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada, com os votos Ana Carina, Gabriela, Gogliardo, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya, a abstenção da Conselheira Fárida e as ausências dos conselheiros Carla Back e Henrique. No item **6.4. Alteração do calendário de reuniões do CAU/SC (origem: Deliberação nº 003/2022-CD-CAU/SC),** a Presidente e o Secretário Jaime apresentaram o item. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, com os votos favoráveis dos Conselheiros Ana Carina, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e as ausências dos conselheiros Carla Back e Henrique. No item **6.5. Acordo de Cooperação Técnica CBMSC - CREA/SC - CAU/SC – FIESC (origem: Deliberação nº 004/2022-CD-CAU/SC),** a Presidenteapresentou o item. O Conselheiro Newton destacou a importância da proximidade com o Corpo de Bombeiros. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, com os votos favoráveis dos Conselheiros Ana Carina, Fárida, Gabriela, Gogliardo, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e as ausências dos conselheiros Carla Back e Henrique. No item **6.6. Manifestação sobre o anteprojeto de resolução que altera o Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR nº 179/2019 (origem: Deliberação nº 005/2022-CD-CAU/SC),** a Presidente, o Advogado Cícero e o Secretário Jaime apresentaram o item. O Conselheiro Newton falou da questão da proporcionalidade, sugerindo uma análise com relação ao coeficiente eleitoral. Destacou a importância de uma maior participação dos profissionais nas eleições. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, votos favoráveis dos Conselheiros Fárida, Gabriela, Gogliardo, Henrique, Janete, José Alberto, Larissa, Maurício, Rodrigo, Rosana e Silvya e as ausências dos conselheiros Ana Carina e Carla Back. No item **7. Comunicações dos Conselheiros e assuntos de interesse geral**, o Conselheiro Rodrigo informou que iria postar no grupo uma mensagem de um conjunto de comunidades do sul da ilha com relação ao processo democrático do plano diretor de Florianópolis. O Conselheiro Newton comunicou do lançamento do livro “ A Formação Urbana de Curitibanos” SC no dia vinte e cinco de fevereiro. No item **8. Apresentação dos Áreas Internas do CAU/SC,** no item **8.1. Relato da Gerência Administrativa e Financeira,** o gerente Filipe apresentou os dados do mês de janeiro com relação à gestão de pessoas e fez um relato sobre compras, contratos e licitações. Apresentou os resultados da gestão financeira do mês, destacando que o ano de dois mil e vinte e um foi o ano mais superavitário da história do CAU/SC. No item **8.2. Relato da Gerência Técnica**, a Gerente Marina apresentou os dados da gerência e do atendimento do mês de janeiro. No item **8.3. Relato da Gerência Fiscalização,** o Gerente Leonardo apresentou os dados e atividades da fiscalização do mês de janeiro. No item **8.4. Relato da Assessoria Especial,** o Assessor Pery apresentou as informações sobre a assessoria, comunicação e eventos do CAU/SC do mês de janeiro. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e nove minutos. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Patrícia Figueiredo Sarquis Herden  Presidente do CAU/SC | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Tatiana Moreira Feres de Melo  Secretária do CAU/SC |